

---

## LITERATURA COLONIAL PORTUGUESA: ESPAÇO, PODER E IMPERIALISMO

---

Jeane de Cássia Nascimento Santos<sup>1</sup>

### Resumo

O presente artigo pretende contextualizar as ações do Império colonial português, responsável por disseminar a ideologia colonial em diversos meios de propaganda, durante a ditadura salazarista. Nesse contexto, observamos a importância da literatura, em especial a Literatura colonial portuguesa, aqui representada pelos romances *O sol dos trópicos* e *O velo d'oiro*, de Henrique Galvão. Neles, os narradores, além de enredarem ficcionalmente o leitor, são também depositários de suas curiosidades, desvendando-lhes o exotismo das terras de África, a ideologia do regime salazarista, bem como a ocupação do espaço angolano.

Das várias particularidades do Estado Novo português, a idéia de unidade entre a Metrópole e colônias foi preponderante no discurso impetrado pelo regime. Para um povo cantado em prosa e verso pelos grandes feitos ultramarinos, a imagem de grandeza territorial reforça ainda mais o nacionalismo dos portugueses. Nesse período a população foi bombardeada pela propaganda do regime ditatorial salazarista, responsável por disseminar sua ideologia em eventos que tinham como lema, a repetitiva a mensagem do duradouro Império português e sua dimensão, representada na natural extensão territorial do império ao considerar as colônias ultramarinas como prolongamento de Portugal Medina (1993), Thomaz (2002).

---

<sup>1</sup> Doutora em Letras  
Professora do Núcleo de Letras da Universidade Federal de Sergipe -  
Campus Itabaiana



Com a Constituição de 1933, o governo se assegura constitucionalmente e, durante quatro décadas, um trabalho de doutrinação lançado em vários setores da vida nacional confirmou o nacionalismo português e sua “vocação imperial”, baseada na venera o de feitos históricos da pátria portuguesa e de seus heróis. Verificamos nesse período um país marcado por um profundo nacionalismo, funcional ao governo centralizador de Salazar.

Convém lembrar que para a execu o desse projeto nacionalista/expansionista necessitava-se um estado forte, autoritário e controlador. A combina o desses elementos resultou na censura a todos os meios de comunica o veiculados na metrópole e nas colônias, garantindo assim, a discussão e publica o apenas do que fosse de interesse do Estado. Também ficaram proibidos, no que diz respeito às colônias, debates públicos que contrariassem o ideal colonialista.

Tais ideais baseavam-se única e exclusivamente em confirmar ideologicamente o Império português, por meio de discursos nacionalistas introduzidos em toda a sociedade portuguesa. Retoma-se (se   que em algum dia se perdeu), a mística portuguesa do colonialismo, ou seja, o direito histórico de Portugal em rela o às colônias ultramarinas. Direito “adquirido” por meio de 500 anos de experiência em colonizar e catequizar. Salazar, interessado de perpetuar seu poder, lançou vários planos de a o em todas as áreas do pensamento português.

Um desses planos, talvez o mais eficaz, foi a propaganda sobre o império que ganhou grande força no seio da popula o. Disseminada por vários meios de comunica o, a propaganda imperial tinha como objetivo principal envolver a popula o, de tal modo que se sentisse participante ativa do governo. Em meio a esse envolvimento popular, avigorou-se de

forma abrangente a ideologia imperial, um pouco enfraquecida desde a Independência do Brasil. Houve um bombardeio de campanhas que muitas vezes funcionavam como uma lavagem cerebral, exacerbando um nacionalismo baseado na reverência aos feitos heróicos do passado português ALEXANDRE (2000): Exposições, Concursos Literários, Semanas Coloniais, só para citar alguns.

Nesse contexto político, verificamos, em Portugal, o incentivo a uma produção literária, denominada Literatura Colonial, que além de servir como meio de propaganda da ideologia do regime, seduz uma parte da população atraída por aventuras e exotismo. Esses textos, pelo que pudemos observar, não fazem parte, infelizmente, dos registros da História da Literatura Portuguesa, principalmente, na vigência do Modernismo português, período em que se poderia inseri-los. Somente Fidelino de Figueiredo, em sua obra *História da Literatura Portuguesa*, editado no Brasil, pela Companhia Nacional, dedica página e meia ao assunto. Cabe notar que o autor critica o uso da literatura colonial como uma das formas de propaganda do regime, porém se mostra favorável ao colonialismo e a uma produção literária que confirma o dom civilizador de Portugal.

Mas essa moderna literatura colonialista ainda se não libertou de todo da preocupação apologística e da ênfase da propaganda chauvinista, nem logrou interessar as zonas superiores da imaginação e da sensibilidade. É uma incorporação de grandes motivos, feliz anexação de territórios literariamente virgens, a qual está longe de haver dado todos os seus frutos. Sobretudo seria de grande urgência para essa literatura adquirir um prudente sentido das proporções, que é inseparável de toda criação artística duradoura. (...) Será para reacear que esta literatura colonial, bem vinda e grandemente duradoura, não constitua defesa bastante para os perigos que no horizonte acastela a falta de escrúpulos éticos e jurídicos nas relações internacionais. Também é para temer que esta mesma literatura haja despendido grande parte de suas forças a louvar e exaltar campanhas policiais ou punitivas, em vez de reborar a consciência do mandato civilizador de Portugal sobre extensos tratos de território. (FIGUEIREDO, 1966, p.484, 485)

O motivo da exclusão desses textos dos manuais de Literatura Portuguesa ainda não é tão claro, porém Francisco Noa aponta algumas pistas e soluções. Primeiramente nos fala do “*distanciamento temporal*” insuficiente para se ter isenção a respeito desse assunto que “*remexe, de imediato com sensibilidades, desperta crispções, dúvidas, fantasmas, sinais de desconforto e de inquietação*” (NOA, 2002, p.15),, entretanto, na visão do estudioso, mesmo sendo um tema deveras “espinhoso” tanto para ex-colonizadores, como para ex-colonizados, deve ser estudado para que não se caia numa “*generalizada demissão da memória*”, pois, “*não deixamos de considerar a existência de muitas consciências para quem a palavra colonial é apenas uma vaga evocação de algo que tem um significado difuso, ou mesmo, nenhum significado*” (NOA, 2002, p.15), tratando especificamente das gerações pós 25 de Abril.

Salvato Trigo assinala outro motivo para essa lacuna na história literária. Segundo ele, duas forças se digladiavam no que diz respeito ao colonialismo. Uma apoiava uma aberta discussão sobre o assunto e outra o restringia, como “*tema reservado a políticos*”, temendo assim, a criação de uma “*mentalidade colonial, uma opinião pública capaz de se deixar tocar pelos problemas da nossa história da colonização*” (TRIGO, sd, p.135). Ainda, de acordo com Trigo, “*como já reconhecia, nos anos 30, José Osório de Oliveira, a literatura colonial era maldita para uns, e bendita para outros, dedicando-se estes a outorgar-lhes prêmios de valor discutível, e aqueles a niilizarem as boas obras que ela ia publicando*”. (TRIGO, sd, p.135).

Paulo Braga, no ensaio *Grandeza e humilhação da literatura colonial*, publicado na revista *Seara Nov*, faz severas críticas à literatura colonial e caracteriza-a como “*uma pequena literatura regional*”, logo, sem condições de elencar “*um aspecto importante da Literatura de*

*um povo com projeção em todos continentes*”. Ao comentar sobre seus escritores, afirma que os textos coloniais primam pela “ausência de gramática e talento. Na literatura colonial portuguesa há, pois, falta de gênio. (...) A literatura portuguesa caracteriza-se pela ausência de alma e de cérebro” (BRAGA, 1937, p. 304, 305). Refere-se ainda ao desprovimento estético da literatura colonial ao afirmar que “Essa literatura, além disto, não existe como arte ou como função social, mas unicamente como concepção política.” (BRAGA, 1937, p. 304, 305). Na seqüência de seu texto, deprecia ainda mais a literatura colonial, concluindo assim, o fato de ser uma literatura menor e por isso não merecedora de citação da afamada Literatura Portuguesa.

Mesmo detentora de apoio e críticas, observamos que esse tipo de literatura constituiu uma forma de propaganda instituída pelo Estado Novo português. A Literatura Colonial, um dos procedimentos de difusão da mística imperial, fez com que milhares de portugueses ficassem curiosos, fascinados, orgulhosos dos feitos ultramarinos. Dessa forma, a partir da leitura dessas narrativas, esses leitores passavam a se identificar de maneira ímpar como leitor/personagem e porque não dizer também como escritor, numa cumplicidade sem igual. O gosto por esses textos caracterizados pela relação personagem/natureza, natureza exuberante e cheia de mistérios, exotismo e superioridade portuguesa envolveu a vida de muitos portugueses durante décadas. De acordo com Eduardo Lourenço, o lusitanismo aliado à mitologia *patriótica-clerical* resultava em “populismo graças a obras (romances ou poemas) em que uma imagem mais convincente do povo português cumpre uma assimilação discutida mas inegável dos poderes desse “patriotismo” vigente apenas sob a máscara e mitos de uma visão burguesa particularmente vulnerável”. LOURENÇO (2001, p.35) (grifo do autor).

Dessa forma, por meio do aparato propagandístico veiculado no país, a ditadura salazarista, causou principalmente no colono que tinha como destino às terras de África, um orgulho ímpar de suas raízes. E com essa identidade baseada em séculos de mitos que rondavam a cultura portuguesa, foi que o colono português, de acordo com as narrativas coloniais, rumou para a África. Acima de tudo, o que era colocado como objetivo maior nesses romances era cumprir o destino já traçado desde a formação de Portugal. De acordo com Rita Chaves “*A idéia era incentivar, na metrópole e nas colônias, a produção de textos que, além do reconhecimento das terras invadidas, pudessem reforçar o que Raymond Willians chamou de “estruturas de sentimento”*”. CHAVES (2002, p.3)

Outro dado notório da ideologia do texto colonial é que, além de entreter o leitor, informa que a África não é mais aquele lugar indomesticável. Ao contrário, a idéia que esses textos passavam é que sobrava terra e faltavam portugueses para levarem adiante o império colonial. Há lugar para todos e promessa de fortuna também,

como exprimia-se já nos títulos das narrativas, com muita frequência indicando a relevância do espaço na composição da obra: *Terra de esperança* (de Emílio Castelo Branco –1940) *Terra Conquistada* (de E. Correia de Matos – 1945) e *Terra ardente* (de Norberto Lopes – 1948) integram uma lista que pode ainda ser ampliada com títulos em o continente é uma referência explícita: *África portentosa* (de Gastão Dias), *África misteriosa* (de Julião Quintinha) e *África, terra da promessa* (de Rodrigues Jr.). (CHAVES, 2002, p.13)

Não é só nos títulos atribuídos a esses romances que verificamos a indicação de posse e prosperidade certa. Também podemos observar que o processo de colonização apresentava inicialmente as mesmas motivações para o deslocamento espacial. Os protagonistas saíam de Portugal rumo à África devido às descontentamentos pessoais trazidos pela vida. Esperavam que a mudança para solo africano solucionasse seus problemas e insatisfações, diretamente

relacionadas à falta de dinheiro e às poucas perspectivas profissionais e sociais proporcionadas pela Metrópole. Eles tinham alguma instrução, grandes ambições e queriam a todo custo dar um passo ascendente na pirâmide social.

Na realidade, o grande chamariz dessas narrativas é a ideologia expansionista. No entanto, trilhando um caminho inverso da crítica, Fidelino de Figueiredo atribui valor artístico aos romances ao afirmar que *“O certo é que as colônias, que eram outrora exclusivamente motivos da baixa literatura oficial, relatórios e discursos, leis e regulamentos, ascenderam à literatura de arte. Vieram os prêmios e as exposições coloniais (...)”* (FIGUEIREDO, 1966, p.484). Já na avaliação de Augusto dos Santos Abranches, a literatura colonial passa longe, em termos de qualidade, daquilo que conhecemos como texto de natureza artística:

Será porque a literatura colonial não existe? (...) De mais a mais se tomarmos a palavra literatura como sendo uma forma de arte, como a resultante dessa espécie de apelo à criação que enforme as nossas reflexões, conjugando-as ou enquadrando-as para o pensamento colectivo, a dúvida virará uma certeza. (...) Logo, que em literatura existe sempre criação, forma e independência, a menos que se pretenda vender por obra de arte o que não passa de uma criação mais ou menos perfeita. (...) Ora, se na criação literária existe essencialmente humanidade, na falada “literatura colonial” esse sentido de humanidade brilha pela ausência. (...) Que a chamada “literatura colonial”, às suas tentativas de criação e independência, nada mais lhe resta que abrir as portas e sumir-se. Trabalho de transição, reflexo de época limitada em tempo e espaço, tem que forçosamente ser esquecida, mal aproveitada. (ABRANCHES, 1949, p.78 e 79)

Se articularmos a sociedade portuguesa do período em que os romances coloniais foram editados e lidos com a ideologia vigente na época, perceberemos que essas narrativas metaforizavam o imaginário de um povo que se vê novamente a desbravar, colonizar, catequizar. Metonimicamente falando, o colono representava a sociedade portuguesa que desde o século XV necessita do quintal alheio para sobreviver. Para Salvato Trigo

“a literatura colonial pretende ser, fundamentalmente, um hino de louvor à civilização colonizadora, à metrópole e à nação do colono, cujos actos de heroicidade e de aventureirismo, de humanidade e de estoicismo são quase sempre, enquadrados por uma visão maniqueísta de vida(...)” TRIGO (1985, p.145)

## OS ROMANCES

Nas duas narrativas coloniais, aqui utilizadas, as personagens Venâncio e Rodrigo, respectivamente protagonistas dos romances *O sol dos trópicos* e *O velo d'oiro*, de Henrique Galvão, insatisfeitos com sua realidade deslocam-se, buscando algo que não encontram no seu espaço de origem. Transferem seus sonhos e ambições para o local de chegada: Angola, onde se sentem renovadas para tarefas, até então, nem pensadas. Oriundos de uma camada social mediana, trabalhavam na Metrópole em serviços burocráticos e, não conheciam, portanto, a rudeza do trabalho com a terra.

O primeiro contato com o espaço africano não é muito agradável, porém esse detalhe não impedirá as personagens de darem seqüência a seus projetos. Ao contrário, o espaço exercerá um papel crucial em toda narrativa e logo no início dos romances, o contato com a terra portuguesa, em Angola, despertará o “hereditário” espírito “construtor” português. O espaço se transforma à medida que as personagens também se transformam, pois no início das narrativas, elas não acreditam que vencerão os problemas advindos dessa mudança. Aos poucos, no entanto, percebem que têm uma força interna, própria de vencedores predestinados por uma “herança sagrada” e conseguem domar a “terrível” África, como podemos verificar em *O sol dos trópicos*:

Rompi na direcção que me tentava e, quási de repente, dei com uma velha árvore, varada pelo raio, ainda a arder. Tinha sido esgalhada por um lado e lambiam-na ainda línguas esguias de lume. Em baixo, no chão, arrumadas

ao tronco, vermelhavam, por entre cinzas leves e quási brancas, tições afogueados em ninho cinzento de brasas. Senti uma alegria viva e transbordante. Eu, ou homem que trouxera em mim, obcecadamente, a idéia de morrer e a quem a desgraça tinha varado como punhal implacável homem que se despenhara de altas ambições não alcançadas e que era infeliz porque muito desejara – senti-me alagado de ventura por encontrar meia dúzia de tições incandescentes, donde podia tirar lume e calor. (GALVÃO, 1936, p. 119-120)

Ou ainda em *O velo d'oiro*:

Ninguém me poderia fazer crer, nesse momento desolado, que a África era, como eu tinha julgado e vim a verificar depois, hospitaleira, boa generosa, e que ainda por lá havia de encontrar sem santa paz, a fisionomia e o coração da minha terra. (GALVÃO, sd, p. 16)

Albert Memmi, logo nas primeiras páginas de seu livro, *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*, coloca em questão a tese desenvolvida por vários impérios a respeito dos verdadeiros motivos que os levaram ao moderno colonialismo. Argumenta que “a missão cultural e moral”, bem como o espírito aventureiro das viagens coloniais, usados como pretexto durante um grande período, mostram-se, na realidade, como ofuscamento das intenções econômicas de exploração. A política colonial portuguesa, nesse sentido, não difere das difundidas em outros países. Dessa forma, a opção de propaganda adotada pelo governo luso resultará, pelo menos nos romances coloniais, numa imagem viril do colonizador, muito próxima ao modelo exposto por Memmi:

Muitos imaginam o colonizador como um homem de grande estatura, bronzeado do pelo sol, calçado com meias-botas, apoiado em uma pá – pois não deixa de pôr mãos à obra, fixando seu olhar ao longe, no horizonte de suas terras; nos intervalos de sua luta contra a natureza, dedica-se aos homens, cuida dos doentes e difunde a cultura, um nobre aventureiro, enfim, um pioneiro. (MEMMI, 1967, p.21)

Assim, distinção de caráter, destemor, entusiasmo, espírito cristão são particularidades indispensáveis aos colonizadores. Segundo Thomaz, para esses heróis dos romances coloniais,

de Henrique Galvão: “*A África deve ser generosa, sem perder os mistérios e os encantos do exótico; deve-se domesticá-la, sem perderem-se as riquezas das paisagens e de suas gentes, riquezas estas traduzidas no cosmopolitismo do império e da nação.*” (THOMAZ, 2000, p.182).

Ao lermos *O sol dos trópicos* e *O Velo D’ouro*, deparamo-nos com personagens detalhadamente ajustadas ao protótipo do herói. Venâncio e Rodrigo, ao discriminarem os negros, confidenciam ao leitor, por meio da primeira pessoa, o espírito segregacionista da nação. Em nenhum momento, os protagonistas proferirão seu preconceito em alto e bom som, porém, como algumas atitudes valem mais que mil palavras, notaremos, assim como os negros, a imposição do mais forte solidificando-se aos poucos. Afinal, sozinho, o branco não conseguiria nada, desta forma “*com eles o colono deve associar-se, mas não perder-se*”(THOMAZ, 2000, p.182). Logo, o hipotético espírito amistoso e benevolente do colonizador seduziria o colonizado, a ponto deste, servilmente devotar confiança, trabalho e esforço para a expansão do império.

Em *O sol dos trópicos*, o português, Venâncio salvará N’Tuba, ferido com um tiro na perna, após lhe terem roubado todo seu gado. Os ladrões, Coxo e Dezassete, responsáveis pelo ferimento, eram funantes, escória portuguesa em África, saqueadores de gado e marfim. Recuperado, N’Tuba confiará cegamente na “amizade” “desinteressada” de Venâncio. Verá no português, além de um despretenhoso “amigo”, o único capaz de enfrentar os funantes, freqüente ameaça aos mukubais. No seguimento da narrativa, o nascimento de uma aldeia liderada pelo herói será apenas conseqüência de uma parceria baseada no “companheirismo”:

Apenas, ao primeiro contacto, uma timidez, todavia curiosa, os detinha a distância. Mas logo o gelo se desfazia – e pouco depois senhorialmente

sentado à porta da minha cabana, com os negros acorados em volta, dava audiência.

Uns procuravam-me para lhes acudir a feridas mais ou menos vastas e que sempre recebiam o mesmo tratamento: água do ribeiro e o sol glorioso do meio dia; outros requisitavam a minha sentença para se entenderem em questões que, em geral, diziam respeito ao gado que apascentavam; outros ainda apenas queriam ver-me e estabelecer contacto comigo.

Pouco a pouco – eu que quisera ser ministro entre brancos! – era de facto, por sentimento e crença dos mukubais da região, feiticeiro, juiz, médico – enfim, uma força amada e respeitada por almas simples, que em mim confiavam mais do que certamente confiariam os brancos que governasse. (GALVÃO, 1936, p.178,179)

Por esse fragmento, notamos que a hierarquização das relações em nada afeta o vínculo amistoso entre colonizador e colonizado, ao contrário, é vista naturalmente por ambas as partes, reforçando ainda mais a tese de Henrique Galvão, que defende uma colonização baseada no contato sensato com os pretos. Excesso de amizade ou truculência levariam por terra os interesses coloniais.

Em *O velo d'ouro*, Rodrigo ruma à África com o sonho do enriquecimento fácil proporcionado por possíveis minas de ouro. Lá chegando, ele e seu primo Vasco ouvem o relato de Mandombe, preto guerreiro, exuberante, “digno de confiança”, sobre a existência de ouro no interior de Angola. Vasco, antes mesmo da chegada de Rodrigo, já sonha com a possibilidade de riqueza fácil, abandonando assim o cultivo de sua fazenda, deixada a cargo de sua família. João, de dezenove anos, filho mais velho de Vasco, única personagem “com os pés no chão”, assume a administração da propriedade. Para ele, a riqueza só advém do trabalho árduo do campo. Por isso tenta, sem sucesso, dissuadir seu pai da idéia de se aventurar à procura de ouro. No decorrer na narrativa, nosso herói, Rodrigo e seu primo não encontrarão ouro, porém perceberão que a verdadeira riqueza só será conquistada por meio de

muito trabalho. Dourado é apenas a cor do trigo plantado com muito suor, ao lado de “gentes” como Mandombe, fiéis e fortes.

Durante a aventura do pai, Vasco e do primo, Rodrigo, João é a prova da tese defendida pelos romances coloniais: o trabalho e a sensatez são necessários ao colonizador português, que não se deve levar por aventuras momentâneas, nem por sonhos com resultados instantâneos. A eficiência da colonização só seria possível, se conduzida com a seriedade desempenhada por João durante a ausência impensada do pai. É interessante ressaltar que dos três filhos de Vasco, João é o único português nascido na Metrópole, daí, quem sabe, o espírito obstinado, descrito por seu padrinho Álvaro Pais:

-Aquilo que é propriedade para render uma fortuna. Eu te disse que era o beijinho de Humpata. Tu não acreditaste, não tinhas fé, mas era assim mesmo. Amanhã como está pelo João, já vale o dobro de olhos fechados! E quando venderes, o trigo, o milho e a batata, tu me dirás quem tinha razão. Olha que o demo do moço, até semeou uma partida de eucaliptos, que em menos de quinze anos vão dar uma fortuna só em madeiras! Sou eu que te digo, Vasco! Vais ficar rico como um Imperador!(...) (p.245)

Soubemos então que, na nossa ausência, o João se pusera a trabalhar com afinco. As terras desentranharam-se em abundâncias, a propriedade luziu e o seu ânimo criador andou por toda a parte.(...) (GALVÃO, sd, p.247).

Ao que Vasco conclui: “- *Aqui é que está o oiro, Rodrigo; foi João quem o descobriu enquanto nós andávamos como tontos a cata da morte.*” (GALVÃO, sd, p.252)

Outro fator importante para a fixação dos portugueses em África, de acordo com as narrativas, seria a presença da Igreja e sua missão evangelizadora, responsável pela conversão dessas gentes. Padre Mateus, personagem de *O velo d'oiro*, sabedor de seus encargos, revelará, pela experiência de seus quarenta anos em África, que, somente aqueles “*que não têm ambições de riqueza nem de glória, (...) que não esperam recompensas na terra e que fazem o dom total da sua vida, ao Deus em que crêem e à Pátria que servem*”(GALVÃO, sd,

p.144), deveriam ser considerados grandes heróis. E, ainda, num tom quase confessional, expõe a necessidade de paciência e amor com os da terra comprovando que “*A sua expressão satisfeita e feliz, a sua tranqüilidade impressionante, o seu olhar puro de criança foram inteiramente ganhos em lonjuras como esta a desbastar selvagens e a revelar-lhes o aspecto superior da senhoria dos brancos*” (GALVÃO, sd, p.143).

O historiador Fernando Rosas, tenaz crítico do regime estabelecido pelo Estado Novo, numa demonstração de total repúdio não somente aos meios utilizados por Salazar para fortalecer o poder do estado, como também ao papel exercido pela Igreja Católica, parceira e esteio desse e de outros períodos da expansionista história portuguesa, conclui que

Este “clerical-facismo” era sobretudo uma “situação”, um compadrio da Igreja Católica com um grupo de portugueses sem escrúpulos com o “tirano” que os tornava beneficiários de mordomias do Estado. Tal regime, vindo das brumas da história como uma estranha maldição que se abatera – como outras no passado – sobre o destino nacional para impedir o progresso pátrio, mantinha-se “contra tudo e contra todo” por obra do obscurantismo religioso oficialmente alimentado, da mentira da propaganda oficial apoiada na Censura, da repressão policial. (ROSAS, 1996, p.26)

Desta forma, podemos observar que a colonização tem como principal agente, o português desinteressado por grandes riquezas, preocupado apenas em levar sua vidinha pacata junto de sua família, numa casinha simples, onde amor e paz reinam. Estas modestas ambições estão intimamente relacionadas à política portuguesa de colonização dos anos 30 e 40, defensora da família portuguesa católica, pobre (MEDINA 1999), mas feliz, por ter um caldinho que lhe esquentasse as entranhas. No entanto, a imagem idílica contradiz os interesses gananciosos dos colonizadores, que ao se deslocarem para as colônias, procuram somente a riqueza fácil e pouco trabalho.

Por final, destacamos a preocupação do autor em erigir o seu ideal de sociedade colonial nos romances *O velo d'oiro* e *O sol dos trópicos*, demonstrando, assim, a fantasiosa possibilidade das colônias resolverem os diversos problemas sociais e econômicos enfrentados por Portugal no século XX. Concebe, ainda uma sociedade idealizada, onde colonizadores e colonizados viveriam felizes e satisfeitos, seguindo sempre a remota, porém cada vez mais atualizada superioridade europeia.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, Augusto do Santos. **Sobre “Literatura colonial”**. In: Seara Nova, do nº 1099 ao nº 1120 – Janeiro a Junho de 1949.
- ALEXANDRE, Valentim. **Velho Brasil/Novas Áfricas**. Porto: Afrontamento, 2000.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BRAGA, Paulo. **Grandeza e humilhação da Literatura colonial**. In: Seara Nova, do nº 505 ao nº 528 – Abril a Setembro de 1937.
- CHAVES, Rita. Colonialismo e vida literária no império português. In: **Literatura e Sociedade**, Revista do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da FFLCH, da Universidade de São Paulo, nº 6, 2001-2002.
- FIGUEIREDO, Fidelino de. **História literária de Portugal**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.
- GALVÃO, Henrique M. **O velo d'oiro**. Lisboa: Livraria Popular. s/d.
- \_\_\_\_\_. **O sol dos trópicos**. Lisboa: Empresa do Anuário Comercial, 1936.
- LOURENÇO, Eduardo. **O Labirinto da saudade**. Lisboa: Gradiva, 2001.
- MEDINA, João. A ditadura portuguesa do “Estado Novo” (1926 a 1974): síntese de ideologia e mentalidade do regime salazarsita-marcelista. In: TENGARRINHA, José (Coord.). **A historiografia portuguesa, hoje**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MEMMI, Albert. **Retrato do colonizador precedido pelo retrato do colonizado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.



NOA, Francisco. **Império, mito e miopia: Moçambique como invenção literária**. Lisboa: Caminho, 2002.

PAULO, Heloísa. **Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil – O SPN/SNI e o DIP**. Coimbra: Minerva, 1994.

ROSAS, Fernando. **O Estado Novo nos anos trinta, 1928 – 1938**. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

THOMAZ, Omar Ribeiro. **Ecoss do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fapesp, 2002.

TRIGO, Salvato. Literatura colonial – Literaturas africanas. Comunicação apresentada no Colóquio sobre “Literaturas Africanas de Língua Portuguesa e Identidade Nacional”, realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, de 10 a 13 de julho de 1985. In: **Ensaio de Literatura Comparada Afro-luso-brasileira**. Lisboa: Vega, s/d.